



### Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego

Saulo Cristiano Barbosa\*

**Palavras-chave:** Observatório ambiental. Geoprocessamento. Valoração econômica. Fator social. Jurubatiba.

Para ampliar o escopo da atuação do CEFET Campos no suporte à decisão no campo ambiental, notadamente nas questões relacionadas a problemas e conflitos ambientais existentes na sua área de atuação nos municípios da Macro-Região Ambiental N. 5, do Estado do Rio de Janeiro (MRA-5), a equipe do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Engenharia Ambiental do CEFET Campos (PPEA-CEFET Campos) propôs a implantação do Observatório Ambiental da MRA-5, sediado na Unidade Macaé do CEFET Campos. Inicialmente, em parceria com o Consórcio Intermunicipal da MRA-5 e A Empresa Municipal de Habitação, Urbanismo, Saneamento e Águas (EMHUSA), em 2007, foram consolidadas novas parcerias: a Fundação Estadual do Norte Fluminense (FENORTE), a Prefeitura de Rio das Ostras (PMRO) e o Laboratório de Geoprocessamento da Universidade Federal do Rio de Janeiro (LAGEOP). A primeira fase da montagem de um laboratório de geomática na Unidade Macaé foi concluída. A ampliação da unidade geomática de Macaé e a implantação de outra, em Campos, estão previstas para 2007/2008. Para tanto, o CEFET Campos conta com recursos da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), oriundos da aprovação do projeto “Unidades Geomáticas do CEFET Campos” na chamada pública Ministério da Ciência e Tecnologia MCT/FINEP/Fundo de Infra-Estrutura CT-INFRA/ Programa Institucional de Infra-Estrutura para Pesquisa e Pós-graduação PROINFRA 01/06.

O trabalho do Observatório iniciou-se em 2006, com um curso de geoprocessamento ministrado pelo Núcleo de Pesquisa em Geografia (NEGEO), capacitando toda a equipe do Núcleo de Pesquisa em Petróleo Energia e Recursos Naturais (NUPERN), no *software Arcview*, para familiarização com os procedimentos de compatibilização de dados cartográficos e produção de informações a partir de dados georreferenciados.

Em 2007, nova capacitação foi efetuada, dessa vez com a equipe do LAGEOP, para familiarização com os *softwares* livres Vistasaga e VICON criados pela equipe do Instituto de Geografia da UFRJ.

---

\* Bolsista do CNPq.

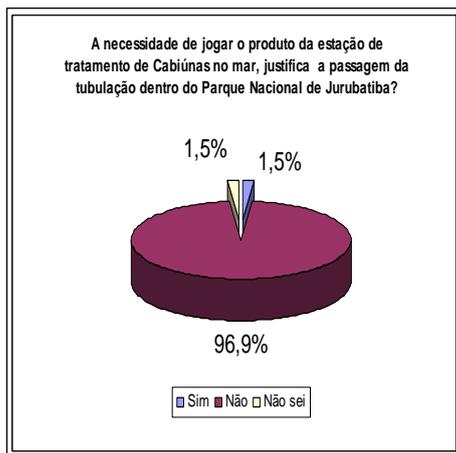
No que diz respeito à transposição de linguagem, que permite a difusão das informações ambientais geradas na academia e no meio técnico para o grande público, o Observatório Ambiental produziu seu primeiro boletim semestral. O boletim número um do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego contou, para sua elaboração, com a colaboração da equipe de pesquisadores e alunos do PPEA/CEFET Campos, e com um texto inédito do professor Arthur Aristides Soffiati Netto sobre o grande estudioso de ecossistemas regionais, Alberto Ribeiro Lamego, homenageado no nome do observatório.

O Observatório, por meio dos boletins semestrais, da exibição de vídeos de educação para gestão ambiental e das parcerias estabelecidas está agregando condições para coletar analisar e disponibilizar dados e informações que possam dar suporte à tomada de decisões de agentes públicos e privados e que auxiliem a concepção de políticas e estratégias regionais que venham melhorar a qualidade de vida da população. Seus estudos serão direcionados para as áreas de emprego, renda, saúde, educação, habitação e saneamento dos municípios da Região Norte Fluminense. O Observatório já está apto a produzir mapas temáticos de potencialidades, sensibilidades e/ou riscos ambientais, e o BDA, cujas informações serão disponibilizadas ao público em linguagem acessível, está em fase inicial de construção. Como exemplo de difusão de informações, apresentamos, a seguir, um estudo de caso, publicado no sítio do Observatório, que vem subsidiando o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Ministério Público, na solução de um conflito ambiental resultante da existência de um duto de água de produção no interior do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba (PARNA Jurubatiba).

### **Estudo de caso: determinação da importância social de um duto de efluentes localizado no Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba**

Um importante trabalho realizado pelo observatório foi o cálculo do Fator Social FS, redutor dos valores das parcelas descritas no modelo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o qual representa a importância social do empreendimento. O fator social de um empreendimento deve ser estabelecido por meio de pesquisas capazes de captar a importância relativa do serviço, segundo a visão da população (PEIXOTO, 2002), por ser caracterizado pelo contingente populacional que é afetado diretamente por um empreendimento, tendo em vista a inevitabilidade de impacto ao meio social, em função da inexistência de regiões completamente inabitadas (MORALES

UDAETA et al., 2004). Resultados preliminares da tabulação dos questionários (FERREIRA et al., 2006) demonstraram que o elevado índice de rejeição dos visitantes à passagem da tubulação pela UC tornaria o cálculo do fator social pouco relevante. Para aumentar a confiabilidade estatística de tais resultados, as campanhas de aplicação dos questionários foram retomadas, mas o índice de rejeição não só ao empreendimento em questão, mas à passagem de tubulações dentro de Parques Nacionais continuou elevado, conforme



evidenciado pela análise das Figuras 1 e 2.

Os resultados das Figuras 1 e 2 mostram que os entrevistados, distribuídos de forma aleatória e independente no que diz respeito ao gênero, à faixa etária, ao nível de escolaridade, à renda mensal, e à ocupação, possuindo profissões diversificadas (pedreiros, lanterneiros, auxiliares de escritório, donas-de-casa, costureiras, estudantes, professores, pesquisadores, petroleiros, técnicos, funcionários públicos, e outros profissionais) apresentaram bom nível de percepção ambiental e consideraram, em expressiva maioria, inustificável a passagem de

**Figura 1: Aceitação do duto da ETE Cabiúnas**

**Figura 2: Aceitação da passagem de dutos em um parque nacional (Restinga de Jurubatiba)**

ambiental e o SINUC. A importância dada pela p

estudos de valoração econômica ambiental, sugerindo o grande potencial para políticas públicas ambientais que envolvam gestão participativa (ADAMS et al., 2003), ressaltando, ainda, a necessidade de incorporação da variável ambiental na escolhas de alternativas locais e nos estudos de viabilidade técnico-econômica de empreendimentos de exploração e produção de petróleo (E&P).

## Referências

ADAMS, C. et al. *Valoração Econômica do Parque Estadual do Morro do Diabo*. São Paulo: Páginas & Letras Editora e Gráfica, 2003.

FERREIRA, M. I. P. et al. Percepção ambiental e valoração econômica do impacto de dutos em unidades de conservação – Estudo de Caso: avaliação do Fator Social no modelo do impacto de um duto de efluentes no PARNA Jurubatiba. In: 58ª REUNIÃO ANUAL DA SBPC – 13ª Jornada Brasileira de Iniciação Científica. Florianópolis, 2006.

PEIXOTO, S. L. et al. *Modelo de Valoração Econômica dos Impactos Ambientais em Unidades de Conservação*. Estudo preliminar. Brasília, DF: IBAMA, 2002.

MORALES UDAETA, M. E. M. et al. Valoração Ambiental e Econômica de Recursos Energéticos Tradicionais In: CONGRESO INTERNACIONAL DE TRABAJOS CON TENSIÓN Y SEGURIDAD EN TRANSMISIÓN Y DISTRIBUCIÓN DE ENERGIA ELECTRICA, 2, Rosário. Trabajos Tecnicos. *CITTES*. Buenos Aires: CIER, 2005, p.1-10.